



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

EDITAL Nº 616/20XX

Processo nº 25410.009941/2024-93

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER (250052)
PREGÃO ELETRÔNICO 91.045/2026

OBJETO

Contratação de serviço especializado para monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e /ou umidade de ambientes e equipamentos, utilizando solução tecnológica validada de acordo com as recomendações da ANVISA. O serviço inclui o fornecimento de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibração dos termômetros, treinamento e suporte contínuo.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 152.157,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **14/05/2026** às **09h** (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

SUMÁRIO:

1. DO OBJETO
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
7. DA FASE DE JULGAMENTO
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO
9. DO TERMO DE CONTRATO
10. DOS RECURSOS
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER PREGÃO ELETRÔNICO Nº 91.045/2026

Torna-se público que a União, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA**, por meio do Serviço de Apoio às Licitações, sediado na Rua Marquês de Pombal nº 125 - 8º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

AMPLA DISPUTA MODO DE DISPUTA: ABERTO COM EXIGÊNCIA DE AMOSTRA (Subitem: 7.11.1.1.Do Edital)

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é Contratação de serviço especializado para monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e /ou umidade de ambientes e equipamentos, utilizando solução tecnológica validada de acordo com as recomendações da ANVISA. O serviço inclui o fornecimento de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibração dos termômetros, treinamento e suporte contínuo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema de compras governamentais e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.6 e 2.6.7 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.6.6 e 2.6.7 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. Como critério de aceitação da proposta o licitante encaminhará a documentação descrita no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.13.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

4.7. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.7.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.7.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.7.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.7.6. constituída sob a forma de cooperativas;

4.7.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.7.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.7.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.7.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.7.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.8. A falsidade da declaração de que trata o (s) item (ns) 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.9. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.10. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.11. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.12.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.12.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.13.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.13.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.15. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.16. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. valor unitário e total do item;

5.1.2. Marca;

5.1.3. Fabricante;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a

contar da data de sua apresentação.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

5.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até

5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

6.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

6.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.1. empresas brasileiras;

6.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado

aos autos do processo licitatório.

6.23.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **(04) quatro horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.23.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.5.1. conter vícios insanáveis;

7.5.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de **amostra**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Será exigido pelo Pregoeiro que o licitante classificado em primeiro lugar apresente a (s) amostra (s), no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados da solicitação, sob pena de não aceitação da proposta de preços;

7.11.1.1. Serão exigidas as seguintes amostras: a) 2 sensores sem fio de monitoramento com abertura de porta; b) 1 - sensor de temperatura ambiente e umidade; C) software web para monitoramento.

7.12. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.13. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.14. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.15. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de **consórcio de empresas**, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. Considerando que na presente contratação a **avaliação prévia** do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.10.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado previamente junto ao **Serviço de Hemoterapia - INCA/MS, pelo telefone (21) 3207-1058 / 3207-1112 / 3207-1312**, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.10.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de (04) quatro horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

8.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **(04) quatro horas**, para:

8.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

9.4. Os prazos dos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

9.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e a

comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br e também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações) onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

- 11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
- 11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
 - 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
 - 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
 - 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 11.1.6. fraudar a licitação
- 11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;
 - 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
 - 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
 - 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese

alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

12.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: *cpl@inca.gov.br*

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

12.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico www.inca.gov.br/editais ou www.gov.br/compras/pt-br. Também poderão ser lidos via disponibilização externa no SEI (Sistema Eletrônico de Informações), onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

13.11.1.2. Apêndice do Anexo I – IMR - Monitoramento de Temperatura;

13.11.1.3. Apêndice do Anexo I – Formulário de Avaliação de Amostra;

13.11.1.4. Apêndice do Anexo I – Planilha de Orçamento;

13.11.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato;

PAULO AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA
Chefe do Serviço de Apoio às Licitações
INCA/MS



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto Dias de Oliveira, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações**, em 24/04/2026, às 14:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0054882639** e o código CRC **C3F0525D**.

Referência: Processo nº 25410.009941/2024-93

SEI nº 0054882639

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site

INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ

Termo de Referência 537/2025

Informações Básicas

| | | | |
|--------------------|--|-------------------------|---------------------------|
| Número do artefato | UASG | Editado por | Atualizado em |
| 537/2025 | 250052-INSTITUTO NACIONAL DO CANCER - RJ | ADRIANA MARINHO FURTADO | 14/04/2026 15:16 (v 0.10) |
| Status | | | |
| ASSINADO | | | |

Outras informações

| | | |
|--|-----------------------|-------------------------|
| Categoria | Número da Contratação | Processo Administrativo |
| V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra | 433/2025 | 25410.009941/2024-93 |

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA
LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25410.009941/2024-93)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço especializado para monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e /ou umidade de ambientes e equipamentos, utilizando solução tecnológica validada de acordo com as recomendações da ANVISA. O serviço inclui o fornecimento de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibração dos termômetros, treinamento e suporte contínuo.

| Item | Código INCA | Código SIDEC | Descrição do Item | Unidade de Medida | Quant | Valor Unitário (R\$) | Valor Total (R\$) |
|----------------------|-------------|--------------|---|-------------------|-------|----------------------|-------------------|
| 1 | C39050 | 19127 | Contratação de serviço especializado de monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e/ou umidade de ambientes e equipamentos. (Total de 43 pontos, descritos detalhadamente no item 3.2) | UN | 12 | R\$ 12.679,75 | R\$ 152.157,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 152.157,00 |

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como **comum(ns)**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuos ou contratados por escopo.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que o Serviço de Hemoterapia precisa fazer o monitoramento da temperatura para garantir a qualidade dos hemocomponentes e reagentes, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação

1.7. Dado a da participação de no mínimo 03 (três) fornecedores não apresentação por item, local ou regionalmente enquadrados como EPP/ME e baseado na LC 123/2006 atualizada pela LC 147/2014, art. 49, inciso II, informamos que o processo deverá ser destinado à participação de Ampla Disputa independentemente de valor, sem o estabelecimento de nenhum tipo de cota ou reserva para a contratação de ME/EPP, conforme inciso I do art. 10 do Decreto nº 8538/15.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta. Esta contratação deverá ser de serviço contínuo, visto ser necessário que se monitore a temperatura de ambientes e equipamentos constantemente para atender as legislações técnicas pertinentes.

2.1.1. Considerando a essencialidade da qualidade dos hemocomponentes, reagentes e amostras armazenados no Serviço de Hemoterapia/INCA;

2.1.2. Considerando o artigo 152 do anexo IV da Portaria de Consolidação nº 5/2017, que recomenda registro contínuo das câmaras de conservação de componentes sanguíneos;

2.1.3. Considerando a Resolução da Diretoria Colegiada/RDC nº 786 da Anvisa que dispõe sobre requisitos técnico-sanitários para o funcionamento de laboratórios;

2.1.4. Considerando que Art. 21 da RDC nº 786 da Anvisa estabelece que: *“V – Instrumento de refrigeração exclusivo para guarda e conservação de produtos para diagnóstico in vitro, com termômetro de momento com máxima e mínima, nos casos de produto que necessite ser armazenado sob temperatura de refrigeração, de acordo com as instruções de uso”;*

2.1.5. Considerando Parágrafo único do Art. 63 da RDC nº 786 da Anvisa: *“Para instrumentos de operação contínua, o registro deve ser realizado de forma a monitorar a operação do instrumento durante todo o processo cujo controle da temperatura seja necessário. O monitoramento contínuo de temperatura, além de ser uma recomendação da Anvisa, é essencial para manter a segurança de toda cadeia de frio e ciclo do sangue, garantindo assim a qualidade necessária para os hemocomponentes utilizados pelos pacientes do Instituto Nacional de Câncer, já que variações de temperatura podem ser críticas e desencadear a deterioração e perda de produtos e equipamentos e materiais armazenados levando a consequências importantes que vão além dos prejuízos econômicos.*

2.1.6. Considerando todo o exposto acima, justifica-se a contratação de empresa especializada para a realização do monitoramento automático de temperatura, para atender as demandas do **Serviço de Hemoterapia / INCA**.

2.1.7. O monitoramento de temperatura e umidade de geladeiras científicas, freezers -20, -30 e -80°C, agitadores, banhos-marias, incubadoras, salas e ambientes é importante para preservar a integridade e garantir a qualidade dos hemocomponentes produzidos.

2.1.8. Devido à criticidade da manutenção adequada da temperatura nos diversos ambientes e equipamentos, é fundamental que: 1. o monitoramento seja contínuo 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana); 2. que notificações sejam enviadas por e-mail, SMS e/ou aplicativos de mensagens aos responsáveis de cada área monitorada assim que os valores ultrapassem os limites definidos pelos mesmos; e 3. que os registros sejam armazenados pela Contratada por um período de 10 anos e possam ser acessados pela Contratante via web, navegador ou aplicativo.

2.1.9. O sistema de monitoramento de temperatura tem como objetivo monitorar, de forma contínua e automática, a temperatura de equipamentos da cadeia de frio e de ambientes de temperatura Controlada do Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ, a fim de possibilitar um controle eficiente e seguro de temperatura. Este sistema representa uma ferramenta visto emitir confiável alertas para eventos de não conformidade dos limites estabelecidos para o funcionamento de equipamentos e ambientes, permitindo o acionamento de planos de contingência mesmo fora dos horários de expediente e servindo como comprovação rastreável da qualidade quanto às condições de armazenamento tanto dos produtos finais (hemocomponentes) como também insumos, materiais e reagentes utilizados no processo e em testes laboratoriais conforme preconizado.

2.1.10. O objetivo desta Contratação é coerente com o planejamento estratégico da Instituição e visa atender à necessidade justificada de um serviço continuado de monitoramento online e registro automatizado de temperatura e/ou umidade de ambientes e equipamentos no Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394544000185-0-000001/2025
- II) Data de publicação no PNCP: 28/02/2024
- III) Id do item no PCA: 4673
- IV) Classe/Grupo: 732 - SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL RELACIONADOS A OUTROS BENS
- V) Identificador da Futura Contratação: 250052-433/2025

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Contratação de serviço especializado para monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e /ou umidade de ambientes e equipamentos, utilizando solução tecnológica validada de acordo com as recomendações da ANVISA. O serviço inclui o fornecimento de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibração dos termômetros, treinamento e suporte contínuo, com duração de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.2. A quantidades de pontos está especificado na tabela abaixo, e sua distribuição será de acordo item 5.2 deste termo de referência.

| Sensor de temperatura com sensor de porta aberta | | | Sensor de temperatura e umidade | Sensor de temperatura | | |
|--|-------------------------|-----------------|---------------------------------|---|--------------------------------|--|
| Refrigerador de hemocomponentes (+4°C ± 2) | Freezer (-30°C e -20°C) | Freezer (-80°C) | Temperatura Ambiente e Umidade | Incubadora de hemocomponentes (faixa de 37C°) | Caixa térmica (faixa de XX° C) | Total |
| 14 | 11 | 2 | 10 | 2 | 4 | 33 sensores de temperatura 27 sensores de porta aberta 10 sensores de temperatura ambiente e umidade |

Especificações do Serviço

3.3. Sistema de Monitoramento:

- 3.3.1. O sistema deverá ser composto por sensores conectados a uma rede sem fio, capazes de registrar temperaturas e alertar sobre variações fora da faixa de segurança estipulada pela Contratante.
- 3.3.2. As informações devem ser capturadas e registradas através de tecnologia de computação em nuvem, permitindo acesso remoto a qualquer momento e de qualquer local para usuários registrados.

3.4. Características dos Sensores:

- 3.4.1. Comunicação sem fio e alimentação por pilhas ou bateria recarregável, que devem acompanhar o produto, sem necessidade de alimentação na rede elétrica;

3.4.2. A instalação dos sensores dentro dos equipamentos deverá ser realizada sem a necessidade de perfurações, cortes ou quaisquer modificações físicas na estrutura dos equipamentos monitorados que possam alterar os seus parâmetros de qualificação técnica e correto funcionamento;

3.4.3. Alarme sonoro, em casos de temperatura fora da faixa;

3.4.4. Capacidade para medir porta aberta nos registradores de equipamentos

3.4.5. Resolução de temperatura: 0,1°C.

3.4.6. Faixas de temperatura: - -90°C a +10°C (Ultrafrio); - -40°C a +40°C (Freezers, Refrigeradores, Câmaras e Estufas);

3.4.7. Temperatura e Umidade ambientes.

3.4.8. Sondas certificadas conforme ISO 17025.

3.4.9. Sensores homologados pela Anatel, conforme previsto na **Resolução nº 242/2000 da Anatel**.

3.5. Características do Sistema de Gerenciamento:

3.5.1. Funcionamento contínuo mesmo com falta de energia ou desconexão da rede.

3.5.2. Envio de notificações por e-mail e sms e/ou whatsapp em caso de alarmes ou eventos adversos ilimitados.

3.5.3. Acesso remoto e contínuo 24 horas por dia, sete dias por semana.

3.5.4. Plataforma WEB compatível com navegadores como Edge e Google Chrome.

3.5.5. Acesso através de dispositivos móveis (tablets e celulares) com visualização em tempo real e histórico dos dados.

3.5.6. O sistema deve permitir a configuração ilimitada de usuários para recebimento de alertas.

3.5.7. Permitir relacionar os registros de alerta e as informações de correção, assim como emitir relatório dos alertas e suas justificativas.

3.5.8. Permitir a exportação dos dados e relatórios para arquivos de extensão .xlsx, .pdf e /ou .csv.

3.5.9. Alerta de bateria fraca dos sensores.

3.5.10. Geração de relatórios com gráficos e tabelas para períodos específicos.

3.5.11. Realização de backups diários e mensais automáticos.

3.5.12. Atualização de versão (upgrade), visando melhoria contínua, sem custo adicional.

3.5.13. Armazenamento dos dados de medição por no mínimo 10 anos, com acesso contínuo para a Contratante via sistema de monitoramento.

3.6. Instalação e Configuração:

3.6.1. Trata-se de instalação em duas unidades do INCA:

1. Serviço de Hemoterapia, HCI: Praça da Cruz Vermelha, n23 - 2 andar, Rio de Janeiro - RJ, 20230-130 (com 38 pontos, conforme distribuição no item 5.2)

2. Agência Transfusional HCIII: R. Visc. de Santa Isabel, 274, 4º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20560-120 (com 5 pontos, conforme distribuição no item

5.2)

3.6.2. A Contratada realizará a instalação presencial dos equipamentos, incluindo repetidores, se necessário.

3.6.3. A Contratada deverá configurar o sistema localmente e fornecer treinamento aos usuários.

3.6.4. Todos os materiais e ferramentas necessários para instalação e manutenção serão fornecidos pela Contratada inclusive mão de obra e transporte até o local, sem custo adicional.

3.7. Infraestrutura wireless

3.7.1. Sabendo-se da característica dos sensores em se comunicarem pela rede sem fio a infraestrutura necessária para sua comunicação deverá ser provida de forma amplamente satisfatória, isto inclui a comunicação sem fio local e também sua comunicação com a internet;

3.7.2. Não será permitida comunicação wi fi que faça interferência destrutiva na rede sem fio já existente da CONTRATANTE.

3.7.3. A CONTRATADA deverá prover toda a infraestrutura necessária para instalação e manutenção dos sensores e do software web, em conformidade com os requisitos necessários pelo setor de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE. Se necessário consultar o setor, estará disponível quando da vistoria prévia.

3.8. Suporte Técnico e Manutenção:

3.8.1. O suporte técnico deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. A Contratada deverá disponibilizar um contato telefônico e um endereço de e-mail para atendimentos em horário comercial, além de um contato via WhatsApp/Telegram para emergências.

3.8.2. Em caso de falha no sistema ou equipamentos, a Contratada deverá apresentar uma solução no prazo máximo de 24 horas e substituir os equipamentos defeituosos em até 3 (três) dias úteis.

3.8.3. A Contratada será responsável por manutenções preventivas e corretivas, substituição de peças e baterias, e pela calibração dos termômetros, incluindo o transporte (frete) dos equipamentos e fornecimento de laudo de calibração anual para a Contratante e autoridades sanitárias.

3.9. Manutenções Corretivas, Calibrações de Dispositivos e Equipamentos e Treinamento aos Usuários

3.9.1. As manutenções corretivas dos dispositivos e equipamentos que compõem o Sistema de Monitoramento devem ser de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os chamados serem atendidos em até 24h corridos após abertura junto a CONTRATADA;

3.9.2. Todos os custos de transporte, frete e etc referentes às manutenções preventivas/corretivas, calibrações e treinamento ocorrerão sempre por conta da CONTRATADA;

3.9.3. No caso de troca de sensores ou de qualquer outro dispositivo referente à sua infraestrutura, os mesmos deverão ser trocados em até 3 dias úteis após aberto seu chamado técnico;

3.9.4. O sistema de monitoramento deve ser entregue com calibrações rastreáveis;

3.9.5. Anualmente deverá ser realizada nova calibração sem custo adicional;

3.9.6. A CONTRATADA deve disponibilizar ao CONTRATANTE treinamento de forma presencial sempre que seja necessário para o correto funcionamento do sistema;

3.9.7. O fornecedor deverá realizar a Calibração dos Sensores anualmente com emissão dos certificados de calibração de forma rastreável sendo o erro máximo admissível de +/- 0,5°C, apresentando além do certificado de calibração de cada sensor, também os certificados de calibração dos padrões utilizados na calibração.

3.10. Relatório de implantação / Manual de Utilização

3.10.1. A CONTRATADA deverá fornecer um relatório contendo a relação de equipamentos instalados com descrição, número de série, modelo e patrimônio (se for o caso);

3.10.2. A CONTRATADA deverá ainda fornecer manual de utilização dos equipamentos, em português que contenha as orientações sobre como operar os equipamentos;

3.10.3. Lista de contatos para acionamento em casos de qualquer necessidade de Suporte Técnico;

3.10.4. Disponibilidade de equipe de suporte 24 horas por dia, sete dias por semana;

3.10.5. Disposições Gerais para realização dos serviços;

3.10.6. O sistema de monitoramento deverá ser entregue validado de acordo com o Guia nº 33/2020 da ANVISA, que versa sobre a Validação de Sistemas Computadorizados.

3.11. A proposta deverá atender a todas as especificações descritas, garantindo a plena funcionalidade e conformidade com as normas vigentes.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Objetivo da Contratação

4.1. O sistema de monitoramento de temperatura tem como objetivo monitorar, de forma contínua e automática, a temperatura de equipamentos da cadeia de frio e de ambientes de temperatura Controlada do Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ, a fim de possibilitar um controle eficiente e seguro de temperatura. Deve incluir todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibrações dos termômetros, treinamento e suporte continuado, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Proposta

4.2. Apresentação de proposta implica no conhecimento e aceites plenos de todas as condições descritas.

4.3. Na proposta, o fornecedor deverá informar detalhadamente quais os equipamentos serão colocados e anexar encartes e manuais técnicos que comprovem que os produtos ofertados atendem ao descrito no presente Termo de Referência.

Técnicos

4.4. Sensores de Temperatura Certificados

4.4.1. Precisão compatível com as exigências da Anvisa ($\pm 0,5^{\circ}\text{C}$ ou melhor).

4.4.2. Calibração rastreável a padrões metrológicos (INMETRO ou equivalentes).

4.4.3. Compatibilidade com os equipamentos existentes (geladeiras, freezers, centrífugas etc).

4.5. Monitoramento Contínuo

4.5.1. Registro contínuo (24 hora por dia / 7 dias por semana) com armazenamento seguro de dados.

4.5.2. Intervalo de leitura recomendado: no mínimo a cada 5 minutos.

4.5.3. Capacidade de histórico: armazenamento por no mínimo 10 anos.

4.6. Alertas em Tempo Real

4.6.1. Notificações por SMS, whatsapp, e-mail ou aplicativo em caso de desvios de temperatura ilimitado.

4.6.2. Configuração de limites máximos e mínimos de temperatura aceitáveis.

4.6.3. Registro e rastreabilidade dos eventos de alarme, emissão de relatórios e histórico de alarme.

4.6.4. Fonte de energia reserva (bateria ou no-break).

4.6.5. Backup periódico automático dos dados em nuvem ou servidor local.

4.7. Interface de Acesso

4.7.1. Plataforma web com acesso seguro (login/senha).

4.7.2. Visualização gráfica das curvas de temperatura.

4.7.3. Exportação de relatórios (PDF, Excel, CSV).

Regulatórios

4.8. Conformidade com Normas, conforme anexo IV da Portaria de Consolidação nº 5/2017

4.8.1. Normas ISO (como a ISO 17025).

4.9. Calibração e Certificação

4.9.1. Certificados de calibração atualizados dos sensores.

4.9.2. Documentação de validação do sistema de monitoramento.

4.10. Auditorias e Rastreabilidade

4.10.1. Capacidade de fornecer logs de auditoria.

4.10.2. Rastreabilidade de ações corretivas e registros de não conformidade; registro de ações corretivas; registro de justificativas de não conformidades.

Operacionais

4.11. Suporte Técnico

4.11.1. Atendimento emergencial 24h.

4.11.2. Suporte remoto e local.

4.11.3. Tempo de resposta rápido (SLA solução no prazo máximo de 24 horas e substituir os equipamentos defeituosos em até 3 dias úteis).

4.12. Treinamento e Implantação

4.12.1. Treinamento da equipe do banco de sangue.

4.12.2. Documentação técnica e manuais.

4.12.3. Auxílio na validação inicial do sistema.

4.13. Contrato de Manutenção

4.13.1. Atualizações de software.

4.13.2. Troca preventiva de sensores.

4.13.3. Relatórios periódicos de desempenho.

4.14. O monitoramento de temperatura e umidade de geladeiras científicas, freezers -20, -30 e -80°C, agitadores, banhos mariais, incubadoras, salas e ambientes é importante para preservar a integridade e garantir a qualidade dos hemocomponentes produzidos. Devido à criticidade da manutenção adequada da temperatura nos diversos ambientes e equipamentos, é fundamental:

4.14.1. que notificações sejam enviadas por e-mail, SMS e/ou aplicativos de mensagens aos responsáveis de cada área monitorada assim que os valores ultrapassem os limites definidos pelos mesmos;

4.14.2. que os registros sejam armazenados pela Contratada por um período de 10 anos e possam ser acessados pela Contratante via web, navegador ou aplicativo.

4.14.3. Todos os equipamentos fornecidos devem ser originais, de fabricação recente e não poderão ser obsoletos ou protótipos.

4.14.4. Caso haja alguma necessidade de adequação do laboratório (física/predial, hidráulica e elétrica) para instalação dos equipamentos objeto do contrato, a despesa será toda por conta da contratada, assim como custos com transporte de pessoas e materiais para instalação, manutenção, calibração e treinamentos.

4.14.5. Todos os custos de aquisição, manutenção e instalação para o perfeito funcionamento do sistema são de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor.

4.14.6. A empresa deverá manter em dia a calibração das sondas e equipamentos conforme exigências das agências reguladoras.

Sustentabilidade

4.15. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.15.1. respeitar as Normas Brasileiras

4.15.2. NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.15.3. realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.15.4. Em consulta ao Guia de contratações sustentáveis 2024 - 7ª edição (conforme consulta em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf> não foram localizadas orientações acerca dos materiais) deste processo.

4.16. Devem ser observados, no que couber, os diplomas normativos a seguir:

4.17. Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 170 e 225;

4.18. Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;

4.19. Lei nº 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança do Clima;

4.20. Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

4.21. Lei nº 12.349/2010;

4.22. Decreto nº 2.783/98 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;

4.23. Decreto nº 7.746/2012;

4.24. Decreto 5.940/06 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;

4.25. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010

4.26. Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional;

4.27. Instrução Normativa SLTI /MPOG n. 10, de 12/11/2012 - Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.28. Oportuno esclarecer que o INCA segue as orientações normativas previstas no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual->

gerenciamento-dos-residuos-de-servicos-de-saude.pdf) e na Cartilha “REPENSE – Descarte de Resíduos: Fique Atento” elaborado pelo próprio INCA (disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/cartilhas/repense-descartede-residuos-fique-atento>).

4.29. O INCA possui PLS elaborado pelo Comitê Gestor de Logística Sustentável e publicado em 2023, que contempla requisitos para compra e descarte de produtos.

Subcontratação

4.30. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.31. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

4.32. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.32.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.32.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.32.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.32.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.32.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.33. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.34. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.35. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.36. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.37.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.38. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.38.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.38.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.38.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.39. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.40. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.41. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.42. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.43. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.43.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.43.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.44. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.44.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.44.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.45. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.46. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.47. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.48. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

Vistoria

4.38. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8 horas às 17 horas.

4.39. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria:

4.39.1. Agendamento prévio junto ao Serviço de Hemoterapia - INCA/MS, pelo telefone (21) 3207-1058 / 3207-1112 / 3207-1312,

4.40. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.41. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Da exigência de amostra

4.42. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.43. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

- a) 02 Sensores sem fio de monitoramento com abertura de porta;
- b) 01 sensores de temperatura ambiente e umidade;
- c) Software web para monitoramento;

- 4.44. As amostras poderão ser entregues no endereço Serviço de Hemoterapia / HCl – Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.230-130 - Tel. (21) 3207-1112, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.45. A solução deverá ser instalada em até 05 (cinco) dias após o recebimento da amostra.
- 4.46. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.47. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.48. O teste das amostras terá a duração mínima de até 10 (dez) dias úteis, podendo se estender até 30 (trinta) dias úteis. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: a) Requisitos técnicos exigidos e listados neste termo referência;
- 4.49. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA AMOSTRA: O item deve estar em perfeito estado, de acordo com as especificações deste Edital e catálogos fornecidos e proporcionar monitoramento adequado dos equipamentos instalados seguindo os critérios especificados neste Termo de Referência. O FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS (ANEXO III) será utilizado como guia para avaliação.
- 4.50. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.51. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.52. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.53. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- 4.54. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:
- a) A apresentação de amostras tem como finalidade permitir a realização de testes que comprovem a conformidade dos itens ofertados com as especificações técnicas constantes no ANEXO I e neste Edital, bem como com as normas técnicas vigentes.
- b) A correta aquisição de artigos médico-hospitalares é fundamental para assegurar que os produtos atendam aos padrões exigidos de qualidade, segurança e funcionalidade, especialmente em ambientes assistenciais.
- c) A dispensa da análise prévia por meio de amostras pode comprometer a efetividade do material no uso clínico, aumentando o risco de eventos adversos que impactem negativamente a saúde do paciente. Além disso, pode acarretar desperdício de recursos públicos com a aquisição de itens que não atendem de forma satisfatória à finalidade a que se destinam.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: da assinatura do contrato
- 5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:
- 5.1.3. A contratada deverá proceder à instalação dos equipamentos nos diversos setores do Serviço de Hemoterapia, conforme tabela abaixo:

| | | | | | | |
|-------------|---|-------------------------|----------------|--------------------------------|---|---------------------------------------|
| Localização | Refrigerador de hemocomponentes (+4° C ± 2) | Freezer (-30°C -20°C) e | Freezer (-80°C | Temperatura Ambiente e Umidade | Incubadora de hemocomponentes (faixa de 37C°) | Caixa térmica (faixa de -20°C a 10°C) |
|-------------|---|-------------------------|----------------|--------------------------------|---|---------------------------------------|

| | | | | | | |
|-------------------------------|----|----|---|----|---|---|
| Fracionamento | 3 | 5 | 0 | 3 | 2 | 2 |
| Imuno-Hematologia | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Coleta | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Aférese | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| P r é - Transfusional | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Sorologia | 5 | 5 | 2 | 2 | 0 | 1 |
| Agência Transfusional - HCIII | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | 14 | 11 | 2 | 10 | 2 | 4 |

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos seguintes endereços do Instituto Nacional de Câncer:

- a) Serviço de Hemoterapia / HCI – Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.230-130.
- b) Agência Transfusional / HC3 - R. Visc. de Santa Isabel, 274, 4º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20560-120.

5.3. Os serviços serão prestados de maneira composta por sensores conectados a uma rede sem fio, capazes de registrar temperaturas e alertar sobre variações fora da faixa de segurança estipulada pela Contratante com monitoramento remoto constante.

Rotinas a serem cumpridas

5.4 A execução contratual observará as rotinas:

Instalação e Configuração

- 5.4.1. A Contratada realizará a instalação presencial dos equipamentos, incluindo repetidores, se necessário, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após solicitação.
- 5.4.2. A Contratada deverá configurar o sistema localmente e fornecer treinamento aos usuários em até 30 dias.
- 5.4.3. Todos os materiais e ferramentas necessários para instalação e manutenção serão fornecidos pela Contratada inclusive mão de obra e transporte até o local, sem custo adicional, enquanto a preparação das instalações elétricas será de responsabilidade da Contratante.

Suporte Técnico e Manutenção

- 5.4.4. O suporte técnico deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. A Contratada deverá disponibilizar um contato telefônico e um endereço de e-mail para atendimentos em horário comercial, além de um contato via WhatsApp para emergências.
- 5.4.5. Em caso de falha no sistema ou equipamentos, a Contratada deverá apresentar uma solução no prazo máximo de 24 horas e substituir os equipamentos defeituosos em até 3 (três) dias úteis.
- 5.4.6. A Contratada será responsável por manutenções preventivas e corretivas, substituição de peças e baterias, e pela calibração dos termômetros, incluindo o transporte (frete) dos equipamentos e fornecimento de laudo de calibração anual para a Contratante e autoridades sanitárias.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1.A contratação será de 01 (um) serviço contínuo de monitoramento de temperatura de equipamentos e ambientes incluindo 43 pontos de monitoramento. A estimativa do quantitativo de sensores foi realizada com base na simples contagem de ambientes, estufas

/incubadoras, refrigeradores, freezers e ultra freezers que necessitam desse controle de temperatura, visando garantir a qualidade segurança dos Hemocomponentes produzidos pelo Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ.

5.5.2. O serviço deverá ser executado em duas unidades do INCA:

- a) Serviço de Hemoterapia / HCl – Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.230-130.
- b) Agência Transfusional / HC3 - R. Visc. de Santa Isabel, 274, 4º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20560-120.

5.5.3. Todos os custos de implantação incluindo materiais (incluindo trocas de baterias e sondas defeituosas), fretes e transportes serão responsabilidade da Contratada.

Especificação da garantia do serviço

5.6. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.7. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período do contrato

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos

7.10. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.26.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.26.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, da data da PLANILHA DE ORÇAMENTO elaborada pelo Serviço de Compras (SECOM/INCA) e utilizado para essa contratação.

7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do (IPCA) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.45.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.45.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.45.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.45.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.46. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.1.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% (cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **1% (um por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (cinco décimos por cento)** a **1% (um por cento)** do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [PREGÃO] sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Modo de Disputa

9.2. O modo de disputa será aberto.

9.3. Os detalhamentos das regras de desempate entre as propostas são as discriminadas no edital

Regime de Execução

9.4. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço global.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.**

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.33. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.33.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.36.2 Por se tratar de serviço que exige **instalação técnica, calibração ou manutenção de sensores**, a empresa deve apresentar responsável técnico devidamente cadastrado no CREA ou outro conselho pertinente ao serviço prestado.

9.36.3. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

Qualificação Técnico-Operacional

9.38. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso .

9.39.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.39.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 01 (um) ano do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.39.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.39.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.39.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.40. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.41. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.47. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.48. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.49. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.50. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.51. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.52. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.52.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.52.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.52.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.52.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.52.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.52.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.52.6.1. ata de fundação;

9.52.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.52.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.52.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.52.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.52.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.52.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.53. Na licitação será admitida a participação de Consórcio de empresas, nos termos do art. 15, da Lei n. 14.133/2021, devendo, para fins de habilitação, a pessoa jurídica em consórcio apresentar a seguinte documentação complementar:

9.53.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

9.53.2. indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

9.53.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

9.53.4. impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

9.53.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

9.53.6. estabelecer para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações do INCA:

10.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência.

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

10.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

10.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei;

10.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento,

10.1.9. A Administração terá o prazo de 30 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação;

10.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 dias.

10.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas deste instrumento.

10.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência;

11.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. Comunicar ao INCA, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

11.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros;

11.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

I - prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

II - certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

III - certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

IV - Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

V - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao INCA e não poderá onerar o objeto do contrato;

11.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local de execução do objeto.

11.1.10. Paralisar, por determinação do INCA, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.1.11. Manter durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

11.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução do Contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para o reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

11.1.13. A fim de fiscalizar o cumprimento da reserva de cargos, a Administração poderá solicitar ao Contratado a sua comprovação;

11.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

11.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do INCA;

11.1.17. Quando aplicável, alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.1.18. Quando aplicável, orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

11.1.19. Quando aplicável, conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações;

11.1.20. Quando aplicável, submeter previamente, por escrito, ao INCA, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos

11.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

12.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 152.157,00 (cento e cinquenta e dois mil cento e cinquenta e sete reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 do Termo de Referência.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 250052
- II) Fonte de recursos: 1002000000
- III) Programa de trabalho: 10 302 5118 8758 0033;
- IV) Elemento de despesa: 339039
- V) Plano interno: 234640

13.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

| CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – Ano 2026 | | | | | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|---------------|
| Processo nº 25410.009941/2024-93 | | | | | |
| JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN |
| R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 |
| JUL | AGO | SET | OUT | NOV | DEZ |
| R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 | R\$ 12.679,75 |
| Total estimado para o exercício: | | | | R\$ 152.157,00 | |

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.2. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.3. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.4. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.5. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

14.6. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

14.7. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

14.8. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

14.9. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. 14.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

14.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

14.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

14.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD. 14.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

14.12. Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro - RJ, para dirimir os litígios que decorrerem da execução do Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133 /2021.

15. VERSÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União

Modelo de Termo de Referência para Obras e Serviços, exceto TIC – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021

Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação

Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação

Atualização: SET/2025

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SIMONE SANTOS PENICHE REBOUCAS

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 11:15:41.

KEICIA MOREIRA PINTO

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 20:08:31.

VALCIENY DE SOUZA SANDES

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 17:21:07.

JOSENICE BASTOS MELO

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 13:19:05.

MARCOS ANTONIO DIAS LIMA

Analista de C&T / Engenheiro Clínico



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 17:13:10.

IARA DE JESUS FERREIRA MOTTA

Chefe do Serviço de Hemoterapia



Assinou eletronicamente em 13/04/2026 às 15:08:57.

JULIO CESAR MOREIRA DOS SANTOS

Chefia de Compras - (Aprovação do Termo de Referência)



Assinou eletronicamente em 14/04/2026 às 15:16:37.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP_250052_000341_2024.pdf (123.44 KB)
- Anexo II - IMR___Monitoramento_de_Temperatura.pdf (290.79 KB)
- Anexo III - FORMULARIO_DE_AVALIACAO_DE_AMOSTRA___SISTEMA_DE_TEMPERATURA.pdf (495.43 KB)
- Anexo IV - Planilha de Orcamento.pdf (101.18 KB)

Estudo Técnico Preliminar 341/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 25410009941/2024-93

2. Descrição da necessidade

Contratação de serviço especializado, de monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e/ou umidade de ambientes e equipamentos, por meio de solução validável conforme recomendações da ANVISA, incluindo comodato de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibrações dos termômetros, treinamento e suporte continuado.

O monitoramento contínuo de temperatura, além de ser uma recomendação da Anvisa, é essencial para manter a segurança de toda cadeia de frio e ciclo do sangue, garantindo assim a qualidade necessária para os hemocomponentes utilizados pelos pacientes do Instituto Nacional de Câncer, já que variações de temperaturapodem ser críticas e desencadear a deterioração e perda de produtos e equipamentos e materiais armazenados levando a consequências importantes que vão além dos prejuízos econômicos.

O controle rígido da cadeia de frios no ciclo do sangue é normatizado através da Portaria de Consolidação nº5/2017 em seu anexo IV: Do sangue, Componentes e Hemoderivados. Após repetidas autuações por parte do órgão sanitário competente (Vigilância Sanitária estadual do rio de Janeiro), devido ao não cumprimento de alguns critérios no registro e controle de temperaturas durante todo o ciclo da sangue e cadeia de frios, torna-se imprescindível a contratação de um serviço completo e especializado de monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e/ou umidade de ambientes e equipamentos para atender o Serviço de Hemoterapia do Instituto Nacional de Câncer/RJ.

O monitoramento de temperatura e umidade de geladeiras científicas, freezers -20, -30 e -80°C, agitadores, banhos-marias, incubadoras, salas e ambientes é importante para preservar a integridade e garantir a qualidade dos hemocomponentes produzidos.

Devido à criticidade da manutenção adequada da temperatura nos diversos ambientes e equipamentos, é fundamental que:

1. o monitoramento seja contínuo 24/7 (24 horas por dia, 7 dias por semana);
2. que notificações sejam enviadas por e-mail, SMS e/ou aplicativos de mensagens aos responsáveis de cada área monitorada assim que os valores ultrapassem os limites definidos pelos mesmos; e
3. que os registros sejam armazenados pela Contratada por um período de 10 anos e possam ser acessados pela Contratante via web, navegador ou aplicativo.

O sistema de monitoramento de temperatura tem como objetivo monitorar, de forma contínua e automática, a temperatura de equipamentos da cadeia de frio e de ambientes de temperatura

Controlada do Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ, a fim de possibilitar um controle eficiente e seguro de temperatura. Este sistema representa uma ferramenta visto emitir confiável alertas para eventos de não conformidade dos limites estabelecidos para o funcionamento de equipamentos e ambientes, permitindo o acionamento de planos de contingência mesmo fora dos horários de expediente e servindo como comprovação rastreável da qualidade quanto às condições de armazenamento tanto dos produtos finais (hemocomponentes) como também insumos, materiais e reagentes utilizados no processo e em testes laboratoriais conforme preconizado.

O objetivo desta Contratação é coerente com o planejamento estratégico da Instituição e visa atender à necessidade justificada de um serviço continuado de monitoramento online e registro automatizado de temperatura e/ou umidade de ambientes e equipamentos no Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ.

Os resultados pretendidos com esta contratação incluem a garantia da qualidade dos hemocomponentes produzidos e reagentes armazenados, o aumento da vida útil dos equipamentos, a economia nos gastos pois identifica

problemas precocemente nos equipamentos, monitoramento em tempo integral mesmo fora do horário de trabalho nos setores críticos e a melhoria da rastreabilidade nos procedimentos em conformidade com boas práticas de qualidade gerando uma maior confiabilidade no sangue utilizado pelos pacientes do INCA/RJ.

3. Área requisitante

| Área Requisitante | Responsável |
|------------------------|------------------------------|
| Serviço de Hemoterapia | Iara de Jesus Ferreira Motta |

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Objetivo da Contratação

O sistema de monitoramento de temperatura tem como objetivo monitorar, de forma contínua e automática, a temperatura de equipamentos da cadeia de frio e de ambientes de temperatura Controlada do Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ, a fim de possibilitar um controle eficiente e seguro de temperatura. Deve incluir todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibrações dos termômetros, treinamento e suporte continuado, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Proposta

Apresentação de proposta implica no conhecimento e aceites plenos de todas as condições descritas.

Na proposta, o fornecedor deverá informar detalhadamente quais os equipamentos serão colocados e anexar encartes e manuais técnicos que comprovem que os produtos ofertados atendem ao descrito no presente Termo de Referência.

Técnicos

- Sensores de Temperatura Certificados
- Precisão compatível com as exigências da Anvisa (±0,5°C ou melhor).
- Calibração rastreável a padrões metrológicos (INMETRO ou equivalentes).
- Compatibilidade com os equipamentos existentes (geladeiras, freezers, centrífugas etc).
- Monitoramento Contínuo
- Registro contínuo (24 hora por dia / 7 dias por semana) com armazenamento seguro de dados.
- Intervalo de leitura recomendado: no mínimo a cada 5 minutos.
- Capacidade de histórico: armazenamento por no mínimo 10 anos.
- Alertas em Tempo Real
- Notificações por SMS, whatsapp, e-mail ou aplicativo em caso de desvios de temperatura ilimitado.
- Configuração de limites máximos e mínimos de temperatura aceitáveis.
- Registro e rastreabilidade dos eventos de alarme, emissão de relatórios e histórico de alarme.
- Fonte de energia reserva (bateria ou no-break).

Backup periódico automático dos dados em nuvem ou servidor local.

Interface de Acesso

Plataforma web com acesso seguro (login/senha).

Visualização gráfica das curvas de temperatura.

Exportação de relatórios (PDF, Excel, CSV).

Regulatórios

Conformidade com Normas, conforme anexo IV da Portaria de Consolidação nº 5/2017

Normas ISO (como a ISO 17025).

Calibração e Certificação

Certificados de calibração atualizados dos sensores.

Documentação de validação do sistema de monitoramento.

Auditorias e Rastreabilidade

Capacidade de fornecer logs de auditoria.

Rastreabilidade de ações corretivas e registros de não conformidade; registro de ações corretivas; registro de justificativas de não conformidades.

Operacionais

Suporte Técnico

Atendimento emergencial 24h.

Suporte remoto e local.

Tempo de resposta rápido (SLA solução no prazo máximo de 24 horas e substituir os equipamentos defeituosos em até 3 dias úteis).

Treinamento e Implantação

Treinamento da equipe do banco de sangue.

Documentação técnica e manuais.

Auxílio na validação inicial do sistema.

Contrato de Manutenção

Atualizações de software.

Troca preventiva de sensores.

Relatórios periódicos de desempenho.

O monitoramento de temperatura e umidade de geladeiras científicas, freezers -20, -30 e -80°C, agitadores, banhos marias, incubadoras, salas e ambientes é importante para preservar a integridade e garantir a qualidade dos hemocomponentes produzidos. Devido à criticidade da manutenção adequada da temperatura nos diversos ambientes e equipamentos, é fundamental:

que notificações sejam enviadas por e-mail, SMS e/ou aplicativos de mensagens aos responsáveis de cada área monitorada assim que os valores ultrapassem os limites definidos pelos mesmos;

que os registros sejam armazenados pela Contratada por um período de 10 anos e possam ser acessados pela Contratante via web, navegador ou aplicativo.

Todos os equipamentos fornecidos devem ser originais, de fabricação recente e não poderão ser obsoletos ou protótipos.

Caso haja alguma necessidade de adequação do laboratório (física/predial, hidráulica e elétrica) para instalação dos equipamentos objeto do contrato, a despesa será toda por conta da contratada, assim como custos com transporte de pessoas e materiais para instalação, manutenção, calibração e treinamentos.

Todos os custos de aquisição, manutenção e instalação para o perfeito funcionamento do sistema são de responsabilidade exclusiva do licitante vencedor.

A empresa deverá manter em dia a calibração das sondas e equipamentos conforme exigências das agências reguladoras.

Da vigência do contrato

O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 10 anos, nos termos do arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Exigência e critérios para análise da Amostra

Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

Serão exigidas amostras dos seguintes itens:

02 Sensores sem fio de monitoramento com abertura de porta;

01 sensores de temperatura ambiente e umidade;

Software web para monitoramento;

As amostras poderão ser entregues no endereço Serviço de Hemoterapia / HCI – Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.230-130 - Tel. (21) 3207-1112, no prazo limite de 10 (dez) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

A solução deverá ser instalada em até 05 (cinco) dias após o recebimento da amostra.

É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo interessado, antes de findo o prazo.

No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

O teste das amostras terá a duração mínima de até 10 (dez) dias úteis, podendo se estender até 30 (trinta) dias úteis. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: a) Requisitos técnicos exigidos e listados neste termo referência;

CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA AMOSTRA: O item deve estar em perfeito estado, de acordo com as especificações deste Edital e catálogos fornecidos e proporcionar monitoramento adequado dos equipamentos instalados seguindo os critérios especificados neste Termo de Referência. O FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS (ANEXO III) será utilizado como guia para avaliação.

Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 5 (cinco) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS:

A apresentação de amostras tem como finalidade permitir a realização de testes que comprovem a conformidade dos itens ofertados com as especificações técnicas constantes no ANEXO I e neste Edital, bem como com as normas técnicas vigentes.

A correta aquisição de artigos médico-hospitalares é fundamental para assegurar que os produtos atendam aos padrões exigidos de qualidade, segurança e funcionalidade, especialmente em ambientes assistenciais.

A dispensa da análise prévia por meio de amostras pode comprometer a efetividade do material no uso clínico, aumentando o risco de eventos adversos que impactem negativamente a saúde do paciente. Além disso, pode acarretar desperdício de recursos públicos com a aquisição de itens que não atendem de forma satisfatória à finalidade a que se destinam.

5. Levantamento de Mercado

Foi possível identificar diversas empresas que poderiam fornecer a solução adequada para a contratação, entre eles a BM Service, SensorWeb, Senfio, Shield, Tecno Evo, DataMed, Hex Green. A utilização de sistemas remotos automatizados para a solução do monitoramento contínuo de temperatura vem sendo utilizado também por outros órgãos como Biomanguinhos e Biobanco da Fiocruz. Outras soluções mais simples como a compra de sondas, sensores e transmissores foram analisadas, mas não atendem a maior necessidade que é a disponibilidade de um sistema integrado que gerencie as leituras feitas pelas sondas/sensores, que dispare notificações de alerta ao usuário quando os parâmetros estiverem fora do estabelecido para cada equipamento e que armazene todos os dados mesmo na falta de rede elétrica e de dados. Além de não garantir a manutenção corretiva e preventiva com a agilidade necessária e a reposição de peças, equipamentos e materiais em tempo hábil.

Visando desenvolver uma solução, nossa equipe visitou e avaliou outros serviços como o Banco de Cordão/INCA/RJ e Biobanco FIOCRUZ. Após estudos realizados constatamos que a metodologia já tradicionalmente utilizada em outras instituições do país é a mais apta à satisfação da necessidade administrativa.

Verificou-se que existem diversos tipos de sensores, todos com qualidades diferentes. Assim, buscamos a tecnologia necessária para atender da melhor forma às necessidades e, em posse destas informações, elaboramos os requisitos da contratação necessários para as demandas específicas do Serviço de Hemoterapia. Verificamos que as especificações são comuns no mercado, possibilitando uma ampla concorrência na licitação e implicando em economia aos cofres públicos.

Após pesquisa com fornecedores e técnicos especializados em monitoramento sobre a possibilidade de aquisição da licença de um software e das sondas/sensores de temperatura, descartou-se essa possibilidade devido à verificada necessidade de assistência técnica para manutenção dos sensores e do sistema de monitoramento em si. Além disso, demandaria contratação de pessoal especializado e o desembolso seria consideravelmente maior para um serviço de menor qualidade e confiabilidade, tornando esta opção inviável.

Assim, parece claro que a solução que envolve a contratação de um serviço contínuo de monitoramento de temperatura é a que traz os benefícios necessários garantindo a confiabilidade dos processos envolvidos.

O serviço contínuo de monitoramento fornecerá as informações necessárias para manter todos os equipamentos e ambientes dentro da faixa de temperatura adequada para cada um. Assim, medições fora da faixa definida são notificadas imediatamente e podem ser verificadas e corrigidas, garantindo a manutenção das condições ideais de temperatura para cada equipamento ou ambiente para que seja possível manter a vida útil e a qualidade dos insumos e reagentes.

6. Descrição da solução como um todo

Descrição do Objeto para Licitação Pública.

Objeto: Contratação de serviço especializado para monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e /ou umidade de ambientes e equipamentos, utilizando solução tecnológica validada de acordo com as recomendações da ANVISA. O serviço inclui o fornecimento em comodato de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibração dos termômetros, treinamento e suporte contínuo, com duração de 12 (doze) meses, prorrogável por até 10 anos, conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A quantidades de pontos está especificado na tabela abaixo.

| Sensor de temperatura com sensor de porta aberta | | | Sensor de temepratura e umidade | | Sensor de temperatura | | Total |
|--|-------------------------|-----------------|---------------------------------|--|---|--------------------------------|---|
| Refrigerador de hemocomponentes (+4°C ± 2) | Freezer (-30°C e -20°C) | Freezer (-80°C) | Temperatura Ambiente e Umidade | | Incubadora de hemocomponentes (faixa de 37C°) | Caixa térmica (faixa de XX° C) | |
| | | | | | | | 33 sensores de temperatura |
| 14 | 11 | 2 | 10 | | 2 | 4 | 27 sensores de porta aberta |
| | | | | | | | 10 sensores de temperatura ambiente e umidade |

Especificações do Serviço:

1. Sistema de Monitoramento:

Trata-se de instalação em duas unidades do INCA:

- Serviço de Hemoterapia, HCI: Praça da Cruz Vermelha, n23 - 2 andar, Rio de Janeiro - RJ, 20230-130 (com 38 pontos, conforme distribuição no item 5.2)
- Agência Transfusional HCIII: R. Visc. de Santa Isabel, 274, 4º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20560-120 (com 5 pontos, conforme distribuição no item 5.2)

Especificações do Serviço

Sistema de Monitoramento:

O sistema deverá ser composto por sensores conectados a uma rede sem fio, capazes de registrar temperaturas e alertar sobre variações fora da faixa de segurança estipulada pela Contratante.

As informações devem ser capturadas e registradas através de tecnologia de computação em nuvem, permitindo acesso remoto a qualquer momento e de qualquer local para usuários registrados.

Características dos Sensores:

Comunicação sem fio e alimentação por pilhas ou bateria recarregável, que devem acompanhar o produto, sem necessidade de alimentação na rede elétrica;

A instalação dos sensores dentro dos equipamentos deverá ser realizada sem a necessidade de perfurações, cortes ou quaisquer modificações físicas na estrutura dos equipamentos monitorados que possam alterar os seus parâmetros de qualificação técnica e correto funcionamento;

Alarme sonoro, em casos de temperatura fora da faixa;

Capacidade para medir porta aberta nos registradores de equipamentos

Resolução de temperatura: 0,1°C.

Faixas de temperatura: - 90°C a +10°C (Ultrafrío); - -40°C a +40°C (Freezers, Refrigeradores, Câmaras e Estufas);

Temperatura e Umidade ambientes.

Sondas certificadas conforme ISO 17025.

Sensores homologados pela Anatel, conforme previsto na **Resolução nº 242/2000 da Anatel**.

Características do Sistema de Gerenciamento:

Funcionamento contínuo mesmo com falta de energia ou desconexão da rede.

Envio de notificações por e-mail e sms e/ou whatsapp em caso de alarmes ou eventos adversos ilimitados.

Acesso remoto e contínuo 24 horas por dia, sete dias por semana.

Plataforma WEB compatível com navegadores como Edge e Google Chrome.

Acesso através de dispositivos móveis (tablets e celulares) com visualização em tempo real e histórico dos dados.

O sistema deve permitir a configuração ilimitada de usuários para recebimento de alertas.

Permitir relacionar os registros de alerta e as informações de correção, assim como emitir relatório dos alertas e suas justificativas.

Permitir a exportação dos dados e relatórios para arquivos de extensão .xlsx, .pdf e /ou .csv.

Alerta de bateria fraca dos sensores.

Geração de relatórios com gráficos e tabelas para períodos específicos.

Realização de backups diários e mensais automáticos.

Atualização de versão (upgrade), visando melhoria contínua, sem custo adicional.

Armazenamento dos dados de medição por no mínimo 10 anos, com acesso contínuo para a Contratante via sistema de monitoramento.

Instalação e Configuração:

Trata-se de instalação em duas unidades do INCA:

Serviço de Hemoterapia, HCI: Praça da Cruz Vermelha, n23 - 2 andar, Rio de Janeiro - RJ, 20230-130 (com 38 pontos, conforme distribuição no item 5.2)

Agência Transfusional HCIII: R. Visc. de Santa Isabel, 274, 4º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20560-120 (com 5 pontos, conforme distribuição no item 5.2)

A Contratada realizará a instalação presencial dos equipamentos, incluindo repetidores, se necessário.

A Contratada deverá configurar o sistema localmente e fornecer treinamento aos usuários.

Todos os materiais e ferramentas necessários para instalação e manutenção serão fornecidos pela Contratada inclusive mão de obra e transporte até o local, sem custo adicional.

Infraestrutura wireless

Sabendo-se da característica dos sensores em se comunicarem pela rede sem fio a infraestrutura necessária para sua comunicação deverá ser provida de forma amplamente satisfatória, isto inclui a comunicação sem fio local e também sua comunicação com a internet;

Não será permitida comunicação wi fi que faça interferência destrutiva na rede sem fio já existente da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá prover toda a infraestrutura necessária para instalação e manutenção dos sensores e do software web, em conformidade com os requisitos necessários pelo setor de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE. Se necessário consultar o setor, estará disponível quando da vistoria prévia.

Suporte Técnico e Manutenção:

O suporte técnico deve estar disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana. A Contratada deverá disponibilizar um contato telefônico e um endereço de e-mail para atendimentos em horário comercial, além de um contato via WhatsApp/Telegram para emergências.

Em caso de falha no sistema ou equipamentos, a Contratada deverá apresentar uma solução no prazo máximo de 24 horas e substituir os equipamentos defeituosos em até 3 (três) dias úteis.

A Contratada será responsável por manutenções preventivas e corretivas, substituição de peças e baterias, e pela calibração dos termômetros, incluindo o transporte (frete) dos equipamentos e fornecimento de laudo de calibração anual para a Contratante e autoridades sanitárias.

Manutenções Corretivas, Calibrações de Dispositivos e Equipamentos e Treinamento aos Usuários

As manutenções corretivas dos dispositivos e equipamentos que compõem o Sistema de Monitoramento devem ser de responsabilidade da CONTRATADA, devendo os chamados serem atendidos em até 24h corridos após abertura junto a CONTRATADA;

Todos os custos de transporte, frete e etc referentes às manutenções preventivas/corretivas, calibrações e treinamento ocorrerão sempre por conta da CONTRATADA;

No caso de troca de sensores ou de qualquer outro dispositivo referente à sua infraestrutura, os mesmos deverão ser trocados em até 3 dias úteis após aberto seu chamado técnico;

O sistema de monitoramento deve ser entregue com calibrações rastreáveis;

Anualmente deverá ser realizada nova calibração sem custo adicional;

A CONTRATADA deve disponibilizar ao CONTRATANTE treinamento de forma presencial sempre que seja necessário para o correto funcionamento do sistema;

O fornecedor deverá realizar a Calibração dos Sensores anualmente com emissão dos certificados de calibração de forma rastreável sendo o erro máximo admissível de $\pm 0,5^{\circ}\text{C}$, apresentando além do certificado de calibração de cada sensor, também os certificados de calibração dos padrões utilizados na calibração.

Relatório de implantação / Manual de Utilização

A CONTRATADA deverá fornecer um relatório contendo a relação de equipamentos instalados com descrição, número de série, modelo e patrimônio (se for o caso);

A CONTRATADA deverá ainda fornecer manual de utilização dos equipamentos, em português que contenha as orientações sobre como operar os equipamentos;

Lista de contatos para acionamento em casos de qualquer necessidade de Suporte Técnico;

Disponibilidade de equipe de suporte 24 horas por dia, sete dias por semana;

Disposições Gerais para realização dos serviços;

O sistema de monitoramento deverá ser entregue validado de acordo com o Guia nº 33/2020 da ANVISA, que versa sobre a Validação de Sistemas Computadorizados.

A proposta deverá atender a todas as especificações descritas, garantindo a plena funcionalidade e conformidade com as normas vigentes.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A contratação será de 01 (um) serviço contínuo de monitoramento de temperatura de equipamentos e ambientes incluindo 43 pontos de monitoramento.

A estimativa do quantitativo de sensores foi realizada com base na simples contagem de ambientes, estufas /incubadoras, refrigeradores, freezers e ultra freezers que necessitam desse controle de temperatura, visando garantir a qualidade segurança dos Hemocomponentes produzidos pelo Serviço de Hemoterapia/INCA/RJ.

| Localização (unidade ou andar) | Refrigerador de hemocomponentes (+4°C ± 2) | Freezer (-30°C e -20°C) | Freezer (-80°C) | Temperatura Ambiente e Umidade | Incubadora de hemocomponentes (faixa de 37C°) | Caixa térmica (faixa de XX° C) |
|--------------------------------|--|-------------------------|-----------------|--------------------------------|---|--------------------------------|
| Fracionamento | 3 | 5 | 0 | 3 | 2 | 2 |
| Imuno-Hematologia | 3 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Coleta | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Aférese | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Pré-Transfusional | 1 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 |
| Sorologia | 5 | 5 | 2 | 2 | 0 | 1 |
| Agência Transfusional - HCIII | 2 | 1 | 0 | 1 | 0 | 1 |
| Total | 14 | 11 | 2 | 10 | 2 | 4 |

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 143.034,00

Valor anual (R\$): \$ 143.034,00 (cento e quarenta e três mil e trinta e quatro reais)

Para estimativa da contratação foi encaminhado e-mail para empresas que melhor se adequaram aos requisitos técnicos solicitados.

No anexo foi adicionada a proposta recebida.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento do objeto prejudicaria de forma direta a garantia da qualidade do serviço prestado, pois seria inviável trabalhar com controles de qualidade diferentes para cada teste, maior manipulação de amostras entre diferentes aparelhos e múltiplas formas de passagem de resultados.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas ou interdependentes para viabilizar a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente aquisição tem previsão no Plano Anual de Contratações do INCA para 2025 conforme Documento de Formalização de demanda - DFD - nº 726/2024, nos moldes da Instrução Normativa 01, de 10 de janeiro de 2019 e está alinhada aos planos estratégicos do INCA para o quadriênio 2024-2027, especialmente ao objetivo estratégico

de "impulsionar a eficiência dos processos de trabalho contribuindo para o alcance de uma gestão de excelência no SUS".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com esta contratação espera-se atender às exigências preconizadas pela legislação pertinente ao Banco de Sangue, sanar as não conformidades e responder às notificações recebidas pela Vigilância Sanitária do estado do Rio de Janeiro, além de melhorar a qualidade do hemocomponente produzido pelo Serviço de Hemoterapia/INCA.

13. Providências a serem Adotadas

Não serão necessárias providências ou ajustes institucionais especiais para a viabilidade de utilização do objeto contratado.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em consulta ao Guia de contratações sustentáveis 2024 - 7ª edição (conforme consulta em <https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/Publicacoes/cartilhas/guia-nacional-de-contratacoes-sustentaveis-2024.pdf> não foram localizadas orientações acerca dos materiais) deste processo. Oportuno informar também que o INCA segue as orientações normativas previstas no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.

4.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.6. As empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade, quando couber:

- respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

- realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN /MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.7. Devem ser observados, no que couber, os diplomas normativos a seguir:

- Constituição da República Federativa do Brasil – artigos 170 e 225;

- Lei nº 6.938/1981 – Política Nacional do Meio Ambiente;

- Lei nº 12.187/2009 - Política Nacional de Mudança do Clima;

- Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos;

- Lei nº 12.349/2010;

- Decreto nº 2.783/98 – Proíbe entidades do governo federal de comprar produtos ou equipamentos contendo substâncias degradadoras da camada de ozônio;

- Decreto nº 7.746/2012;

- Decreto 5.940/06 – Coleta Seletiva Solidária na Administração Pública Federal;

- Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010 – Dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela administração direta, autárquica e funcional;

- Instrução Normativa SLTI /MPOG n. 10, de 12/11/2012 - Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto no 7.746, de 5 de junho de 2012.

Oportuno esclarecer que o INCA segue as orientações normativas previstas no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/centraisdeconteudo/publicacoes/servicosdesaude/publicacoes/manual-gerenciamento-dos-residuos-de-servicos-de-saude.pdf>) e na Cartilha “REPENSE – Descarte de Resíduos: Fique Atento” elaborado pelo próprio INCA (disponível em: <https://www.inca.gov.br/publicacoes/cartilhas/repense-descartede-residuos-fique-atento>)

O INCA possui PLS elaborado pelo Comitê Gestor de Logística Sustentável e publicado em 2023, que contempla requisitos para compra e descarte de produtos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Considerando a justificativa da necessidade da contratação, a metodologia utilizada no cálculo dos quantitativos, a escolha da solução mais vantajosa e o alinhamento aos objetivos estratégicos do INCA, declaro a viabilidade da presente contratação.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

IARA DE JESUS FERREIRA MOTTA

Chefe do Serviço de Hemoterapia



Assinou eletronicamente em 04/07/2025 às 15:38:03.

VALCIENY DE SOUZA SANDES

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 04/07/2025 às 13:26:03.

JOSENICE BASTOS MELO

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 04/07/2025 às 15:12:33.

KEICIA MOREIRA PINTO

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 04/07/2025 às 15:02:26.

SIMONE SANTOS PENICHE REBOUCAS

Tecnologista Assistência



Assinou eletronicamente em 04/07/2025 às 14:08:53.

MARCOS ANTONIO DIAS LIMA

Analista de C&T / Engenheiro Clínico



Assinou eletronicamente em 04/07/2025 às 17:23:48.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SW179_23_Rev4_Associacao_Instituto_Nacional_do_Cancer___INCA.pdf (351.79 KB)
- Anexo II - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRA - SISTEMA DE TEMPERATURA.pdf (495.43 KB)
- Anexo III - IMR - Monitoramento de Temperatura.pdf (290.79 KB)

| | |
|--|--|
| EMPRESA: | |
| PROCESSO: 25410.009941/2024-93 | |
| MÊS/ANO: | |
| INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR) O IMR é baseado em um Fator de Qualidade (%), que consiste em indicador percentual obtido como resultado de avaliações executadas por servidor nomeado fiscal técnico. | |
| Prestação de Serviço: Sistema de Medição de Temperatura | |
| FINALIDADE: Cumprir as previsões contratuais garantindo a qualidade do serviço prestado | |
| META A CUMPRIR: 100% do serviço prestado com a qualidade esperada (total de 100 pontos) | |
| PERIODICIDADE: Realização mensal | |
| MECANISMO DE CÁLCULO: Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados pelo fiscal do contrato e efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de Descontos. | |
| OBSERVAÇÕES: Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores. O acúmulo de pontos é mensal. Sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços. A pontuação será zerada para o mês seguinte. Além dos descontos decorrentes das ocorrências registradas no IMR, também podem ser aplicadas as Sanções previstas no item 12 do Termo de referência, caso a empresa não cumpra com as obrigações contratuais. | |
| Indicadores 1. Manutenções preventivas 2. Solução de problemas 3. Substituição de equipamentos defeituosos 4. Suporte Técnico 5. Calibração e documentação | |
| Indicador: Manutenções preventivas realizadas no prazo estipulado Objetivo: Garantir sempre os equipamentos e sondas estejam com manutenção preventiva em dias evitando problemas e paradas do sistema | |
| Forma de acompanhamento | Conferência mensal |
| Mecanismo de Cálculo | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. |
| Ocorrências/pontuação: | 0,5 ponto por dia de atraso. |
| Indicador: Solução de problemas Objetivo: Garantir um atendimento efetivo para solução de problemas rotineiros, restabelecer interrupções de monitoramento e garantir a comunicação efetiva de problemas na cadeia de frios. Chamados de problemas nos equipamentos, rede, sistema de alertas, relatórios devem ser atendidos em até 24h | |
| Forma de acompanhamento | Acompanhamento dos registros de ocorrências por canal oficial (e-mail) e prazo de soluções |
| Mecanismo de Cálculo | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. |
| Ocorrências/pontuação: | 1 ponto por dia de atraso. |
| Indicador: Substituição de equipamentos defeituosos Objetivo: Garantir que os equipamentos sejam substituídos em tempo mínimo necessário reduzindo o tempo de equipamentos fora de uso por falta de monitoramento. Os equipamentos defeituosos devem ser substituídos em até 3(três) dias úteis. | |

| | |
|---|--|
| Forma de acompanhamento | Acompanhamento dos registros de ocorrências por canal oficial (e-mail) e prazo de soluções |
| Mecanismo de Cálculo | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. |
| Ocorrências/pontuação: | 1 ponto por dia de atraso / por equipamento. |
| <p align="center">Indicador: Suporte técnico</p> <p>Objetivo: Garantir Suporte técnico disponível sempre que foi necessário em todo período de funcionamento do Banco de sangue (24h por dia / 7 dias por semana, incluindo sábados, domingos e feriados)</p> | |
| Forma de acompanhamento | Acompanhamento dos registros de ocorrências em livro de ocorrências |
| Mecanismo de Cálculo | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. |
| Ocorrências/pontuação: | 1 ponto por ocorrência de falta de suporte técnico. |
| <p align="center">Indicador: Calibração e documentação</p> <p>Objetivo: Garantir que as sondas utilizadas estejam calibradas e a toda documentação pertinente (certidões e relatórios) estejam dentro das exigências das normas sanitárias vigência para Serviços de Hemoterapia.</p> | |
| Forma de acompanhamento | Acompanhamento mensal das certidões e documentação |
| Mecanismo de Cálculo | Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada. |
| Ocorrências/pontuação: | 0,5 ponto por dia de atraso na calibração ou falta de documento. |
| DESCONTOS | |
| Pontos | Desconto |
| 2,0 a 5,0 | 1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 5,1 a 8,0 | 2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 8,1 a 11,0 | 4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 11,1 a 14,0 | 6% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 14,1 a 16,0 | 8% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 16,1 a 20,0 | 10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 20,1 a 25,0 | 12% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 25,1 a 30,0 | 15% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência |
| 1. O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 5,0 pontos na contagem final do desconto. | |
| 2. Condutas reincidentes no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente. | |
| 3. Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência, Item 12. | |

| INDICADOR | QUANTIDADE | PONTOS |
|-----------|------------|--------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

| | | |
|-------------------------|--|--|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |
| TOTAL DE PONTOS | | |
| DESCONTO A SER APLICADO | | |

CONCLUSÃO:

- ☐ A empresa contratada cumpriu o serviço de acordo com o estipulado no Termo de Referência COM 100% DE RECEBIMENTO DA FATURA.
- ☐ A empresa contratada NÃO executou o serviço com 100% da qualidade, de acordo com o estipulado no Termo de Referência, TENDO EXECUTADO NA FAIXA DE _____ PONTOS E O DESCONTO DE ____%.

OBS.:

Data: ____/____/____

Responsável pela avaliação:

ANEXO III
MODELO DE FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

PROCESSO Nº 25410.009941/2024-93

DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO

| | |
|-------------|-------|
| MARCA: | TIPO: |
| FABRICANTE: | LOTE: |
| FORNECEDOR: | |

Se inadequado, indicar motivo na coluna Observação.

| CARACTERÍSTICAS | ADEQUADO | INADEQUADO | OBSERVAÇÃO |
|--|----------|------------|------------|
| COMUNICAÇÃO SEM FIO | | | |
| USO DE BATERIAS | | | |
| INSTALAÇÃO SEM MODIFICAÇÕES NO EQUIPAMENTO / FIXAÇÃO POR ADESIVOS E/OU ÍMÃS | | | |
| ALARMES SONOROS | | | |
| FUNÇÃO DATALOGGER COM ARMAZENAMENTO OFFLINE | | | |
| SENSOR DE PORTA ABERTA | | | |
| RESOLUÇÃO DE 0,1°C | | | |
| FAIXAS DE TEMPERATURAS ADEQUADAS | | | |
| SONDAS E SENSORES CERTIFICADOS ISO 17025 E ANATEL | | | |
| ACESSO ONLINE AO PORTAL SEM NECESSIDADE DE INSTALAÇÃO | | | |
| ALERTA DE BATERIA FRACA DOS SENSORES. | | | |
| ACESSO POR DISPOSITIVOS MÓVEIS (TABLETS E SMARTPHONES) | | | |
| FUNCIONAMENTO CONTÍNUO MESMO COM FALTA DE ENERGIA OU DESCONEXÃO DA REDE. | | | |
| ALERTAS ILIMITADOS POR E-MAIL E WHATSAPP | | | |
| O SISTEMA DEVE PERMITIR A CONFIGURAÇÃO ILIMITADA DE USUÁRIOS PARA RECEBIMENTO DE ALERTAS. | | | |
| PERMITIR A EXPORTAÇÃO DOS DADOS E RELATÓRIOS PARA ARQUIVOS DE EXTENSÃO .XLSX, .PDF E /OU .CSV. | | | |
| PERMITIR RELACIONAR OS REGISTROS DE ALERTA E AS INFORMAÇÕES DE CORREÇÃO E RELATÓRIO DE ALERTAS E JUSTIFICATIVAS | | | |
| GERAÇÃO DE RELATÓRIOS COM GRÁFICOS E TABELAS PARA PERÍODOS ESPECÍFICOS. | | | |
| EMISSÃO DE RELATÓRIOS SINTÉTICOS E ANALÍTICOS | | | |
| REALIZAÇÃO DE BACKUPS DIÁRIOS E MENSAIS AUTOMÁTICOS. | | | |
| ARMAZENAMENTO DOS DADOS DE MEDIÇÃO POR NO MÍNIMO 10 ANOS, COM ACESSO CONTÍNUO PARA A CONTRATANTE VIA SISTEMA DE MONITORAMENTO. | | | |
| INFRAESTRUTURA WI-FI SATISFATÓRIA PARA COMUNICAÇÃO | | | |

Outras Observações:

Produto aprovado para uso na Instituição? () SIM () NÃO

Avaliador(es)
(Carimbo / Assinatura / Data)



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Divisão de Suprimentos
Serviço de Compras

PLANILHA DE ORÇAMENTO
(Art. 25, §7º, da Lei nº 14.133/21)

Data base: 13/04/2026

SEM TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP

| Item | Código INCA | Código SDEC | Descrição do Item | Unidade de Medida | Quantidade anual | Valor Unitário(R\$) | Valor Total (R\$) |
|----------------------|-------------|-------------|---|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| 1 | C39050 | 19127 | Contratação de serviço especializado de monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e/ou umidade de ambientes e equipamentos.(Total de 43 pontos, descritos detalhadamente no item 3.2) | UN | 12 | R\$ 12.679,75 | R\$ 152.157,00 |
| VALOR TOTAL ESTIMADO | | | | | | | R\$ 152.157,00 |

Júlio César Moreira dos Santos
Chefe do Serviço de Compras
PORTARIA GM/MS Nº 1.204, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Julio Cesar Moreira dos Santos, Chefe do Serviço de Compras**, em 13/04/2026, às 09:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0054646769** e o código CRC **D18804AF**.

Referência: Processo nº 25410.009941/2024-93

SEI nº 0054646769

Serviço de Compras - SECOM/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Especializada à Saúde
Instituto Nacional de Câncer
Coordenação de Administração Geral
Serviço de Apoio às Licitações

CONTRATO Nº 37/2026

Processo nº 25410.009941/2024-93

ANEXO II

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA - LICITAÇÃO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/...., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER E A EMPRESA

A **UNIÃO FEDERAL**, por intermédio do **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER**, com sede na **Praça Cruz Vermelha nº 23, 4º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP. 20.231-130**, inscrito no CNPJ/MS sob o nº **00.394.544/0171-50**, neste ato representado por seu Diretor Geral, **Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL**, nomeado pela Portaria nº 1.619, publicada no Diário Oficial da União de 13 de fevereiro de 2023, portador da Matrícula Funcional SIAPE nº 6241986, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa..... inscrita no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a)], conforme *[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]*, tendo em vista o que consta no Processo nº **25410.009941/2024-93** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº **XX/XXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns d e Contratação de serviço especializado para monitoramento contínuo e registro automatizado de temperatura e /ou umidade de ambientes e equipamentos, utilizando solução tecnológica validada de acordo com as recomendações da ANVISA. O serviço inclui o fornecimento de todos os equipamentos necessários, instalação da infraestrutura, operação, manutenção preventiva e corretiva, calibração dos termômetros, treinamento e suporte contínuo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANTIDADE | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|------|---------------|--------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| | | | | | | |
| | | | | | | |

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 MESES contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- 2.2.1. Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- 2.2.2. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.2.3. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- 2.2.4. Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;
- 2.2.5. Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e
- 2.2.6. Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.3. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxxxx)**.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade,

exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.35. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica nos seguintes locais: a) Serviço de Hemoterapia / HCI – Praça Cruz Vermelha, 23/ 2º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP 20.230-130. b) Agência Transfusional / HC3 - R. Visc. de Santa Isabel, 274, 4º andar - Vila Isabel, Rio de Janeiro - RJ, 20560-120;

9.36. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do CONTRATANTE ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo

que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
- 13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
- 13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
- 13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- 13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 13.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 13.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 13.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 13.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 13.9.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 13.9.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 13.9.3. Das indenizações e multas.
- 13.10. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 13.11. O CONTRATANTE poderá ainda:
- 13.11.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e
- 13.11.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.
- 13.12. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do

contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício **2025**, na dotação abaixo discriminada:

Gestão/Unidade: **INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA, UASG 250052**

Fonte: **1002000000**

Programa de Trabalho: **10 302 5118 8758 0033**

Elemento de Despesa: **339039**

Plano Interno: **234640**

Nota de Empenho: **XXXXNEXXXXXX**

<https://www.portaltransparencia.gov.br/despesas/empenho/25005200001XXXXNEXXXXXX?ordenarPor=fase&direcao=asc>

15.1.1. Objetivando dar maior transparência informamos que, no link acima, a contratada terá acesso as informações do empenho, bem como, poderá acompanhar todos os pagamentos referentes a ele em "Documentos Relacionados".

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- FORO

18. Fica eleito o Foro da Justiça Federal no Rio de Janeiro, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado depois de lido e achado em ordem e vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro,..... de..... de 2026.

Dr. ROBERTO DE ALMEIDA GIL
Diretor-Geral
INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA/MS

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Augusto Dias de Oliveira, Chefe do Serviço de Apoio às Licitações**, em 09/03/2026, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0053856165** e o código CRC **66F2316F**.

Referência: Processo nº 25410.009941/2024-93

SEI nº 0053856165

Serviço de Apoio às Licitações - SEAL/INCA
Rua Marquês de Pombal, nº 125 - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20230-240
Site